

CASTRO ALVES E SUA ÉPOCA

Eplício Torres

Castro Alves, amoroso e de imaginação plástica, segundo Eugênio Gomes, agiganta-se no cenário do século XIX, como um dos figurantes principais do elenco abolicionista.

Apesar da sedução da lírica, do brilhantismo das odes cívicas ou doutrinárias e do "sabor universalista" de sua obra, nada parece mais elevado e heróico do que a atividade político-abolicionista voltada à nobre causa da abolição do negro escravo. Seus poemas sobre a raça oprimida, sua campanha ousada, seu entusiasmo contagiante não encontram paralelo nas letras e na história brasileiras. Não importa inquirir dos motivos profundos — há quem suspeite correr sangue negro nas veias do poeta, como se tal fato viesse diminuir ou ofuscar a estrela fulgurante que foi — do labor que o motivava. As raízes dessa inspiração vamos encontrar "nas lendas da escrava Leopoldina ou no eco dos atabaques nas ruas adormecidas da Bahia, o fato é que ela foi a melhor expressão de Castro Alves".

Revoltado ante os crimes hediondos praticados contra essa parcela do povo, Castro Alves revela-se nos mais comovidos versos jamais escritos no Brasil:

E existe um povo que a bandeira empresta
P'ra cobrir tanta infâmia e cobardia...
E deixa-a transformar-se nessa festa
Em manto impuro de bacante frial...
Meu Deus! Meu Deus! mas que bandeira é esta,
Que impudente na gávea tripudia?!...
Silêncio!... Mas! chora, chora tanto
Que o pavilhão se lave no teu pranto...

E chega até à blasfêmia na mais atrevida apóstrofe à divindade no Brasil:

Deus! ó Deus! onde estás que não respondes?
Em que mundo, em que estrela tu t'escondes
Embuçado nos céus?
Há dois mil anos te mandei meu grito,
Que embalde desde então corre o infinito...
Onde estás, Senhor Deus?...

Castro Alves venera o amor que sua vida e obra denunciavam. Em vão se busque nesta encontrar a morbidez ou o hálito da morte e da desgraça.

Coerente com seus princípios, soube também amar como ninguém: amor profundo sem a frivolidade que, talvez pela sua idade, seria de se esperar. E canta, inspirado em Eugênia Câmara e Agnese Trinci Murri, seu lirismo "fino e delicado, lembrando uma jóia feita por um artista da Renascença", na feliz expressão de Heitor Ferreira Lima, a paixão que lhe vai na alma:

Vamos, meu amor, fugindo,
A todos sempre sorrindo,
Bem longe os ocultar
Como boêmios errantes,
Alegres e delirantes,
Por toda a parte a vagar.

À mulher dedica as impressões mais delicadas que sua sensibilidade lhe inspira:

... Ela dormia
Numa rêde encostada molemente...
Quase aberto o roupão, solto o cabelo
E o pé descalço no tapete rente.

.....

De um jasmineiro os galhos encurvados,
Indiscretos entravam pela sala,
E de leve oscilando ao tom das áureas,
Iam na face trêmulos — beijá-la.

Às vezes não pode esconder a luxúria e a lascívias:

... Brilha na cambraia
— Desmanchando o roupão, a espádua nua —
O globo dos teus seios entre arminhos
Como entre névoas se balouça a lua...
Mulher do meu amor! Quando aos meus beijos
Treme tua alma, como a lira ao vento,
Das teclas do teu seio que harmonias!
Que escalas de suspiros, bebo atentol

Via na mulher, além da bondade, da meiguice, da fragilidade e da inspiração, também a fêmea a ser possuída:

Sorver co'os lábios trêmulos
Em teus lábios de amor o nome santo
É de gôzo de amor louco, sedento
Viver a eternidade num momento.

Ao lado destes versos platônico-sensuais — amor brutal e carnal — mesclava-se a sinceridade e a seriedade, pois nada lhe causava tanto asco quanto à insinceridade. Castro Alves, espírito superior, possuía não obstante a complexidade do humano.

Sua poesia retrata fielmente o que lhe ia na alma, impregnada das qualidades positivas de calor humano, de bondade de amor à liberdade e à justiça. Nessa alma lírica alojava-se igualmente o épico revolucionário de "frases contundentes como vergastadas, cujas estrofes tinham o calor do libelo e a força do panfleto.

É na descrição do sofrimento afro que seu talento se agiganta ao narrar com tamanha veracidade as injustiças e as atrocidades "que só

mais tarde na Alemanha hitlerista encontraria paralelo — que seu gênio melhor se manifesta. Tão nítida a descrição que levou muitos, injustamente, a julgarem-na exagerada: que tudo não passaria de artimanha de que se valia o poeta para comover ou angariar adeptos à nobre causa. No entanto, os estudos que se vêm fazendo provam que o vate em nada exagerou e os flagelos eram, na verdade, muito mais terríveis. O que impressionou tais críticos foi o engenho do poeta ao fazer reviver em toda a sua hediondez o sofrimento dessa gente:

Era um sonho dantesco... O tombadilho
Que as luzernas avermelha o brilho,
Em sangue a se banhar.
Tinir de ferros... estalar do açoite...
Legiões de homens negros como a noite,
Horrendos a dançar...

.....
.....

Ouvem-se gritos ... o chicote estala.
E voam mais e mais...
Prêsa nos elos de uma só cadeia,
A multidão faminta cambaleia,
E chora e dança alí!

.....

Um de raiva delira, outro enlouquece...
Outro, que de martírios embrutece,
Cantando, geme e rí!
No entanto o capitão manda a manobra
E após, fitando o céu que se desdobra
Tão puro sobre o mar,
Dia do fumo entre os densos nevoeiros:
"Vibrai rijo o chicote, marinheiros!
Fazei-os mais dançar!...

* * * * *

Não se sabe com exatidão o ano em que o Brasil começou a receber as primeiras levas de escravos. Acreditamos, no entanto, com a maioria dos autores, que, logo após à expedição colonizadora de Martim Afonso, isso tenha ocorrido. Segundo Nina Rodrigues, é irrelevante a discussão a respeito da data precisa em que o escravo aportou a terra

brasílica, afirmando em seguida ter-se iniciado o tráfico cinquenta anos depois da descoberta do país.

Com a introdução, por espanhóis, dos primeiros negros para o Novo Mundo, destinados à colônia de Espaniola, por volta de 1502, dá-se início ao tráfico em outras regiões do continente.

Incentivados pelos lucros — “que valia tanto ou mais do que as minas de prata e ouro do Novo Mundo” —, ingleses, espanhóis e portugueses, entre outros, mercadejavam o negro. O negócio era tão rentoso que, ao findar o prazo para o fornecimento, em 1543, dos primeiros escravos às colônias espanholas e não querendo os espanhóis abrir mão do monopólio em favor dos ingleses, por um triz não se guerreiam.

Somente de Angola haviam saído, no período que vai de 1759 a 1803, para o Brasil uns quinze mil por ano. No curto espaço de doze anos, o Brasil recebeu aproximadamente seiscentos e oitenta mil negros.

Não obstante a severa vigilância da marinha de guerra inglesa, logo após à lei proibitiva da importação de escravos, cresceu significativamente o contingente. Mas o número exato de escravos trazidos para o Brasil talvez jamais se venha a conhecer. Arthur Ramos acredita que os cálculos variam de autor para autor e Simonsen orça o total em 3.300.000. Para José Bonifácio seria 12.000.000. Na verdade, faltam-nos os documentos que, por ocasião da abolição e para apagar da história pátria a chaga negra, Ruy Barbosa manda-os impensadamente queimar.

Guardadas as proporções, os prejuízos poderiam comparar-se à destruição da Biblioteca de Alexandria, na Antiguidade. Ademais, as características de clandestinidade assumidas pelo tráfico fez com que desaparecessem muitos documentos altamente comprometedores.

Os dois grandes empórios de importação da “mercadoria” negra foram Bahia e Pernambuco e depois Rio de Janeiro.

O censo de 1789 calculou em 1.500.000 negros e a população total do país em 2.300.000 habitantes, não se computando, ao que parece, o contingente silvícola.

A distribuição foi feita de maneira muito irregular. Embrenharam-se nas regiões mais afastadas do país. Roquete Pinto já os surpreendeu até na Serra do Norte; adentraram-se também na Amazônia, fazendo atuante sua influência. Não há negar, porém, ter sido a faixa litorânea, de São Vicente ao Maranhão e no interior nos “centros de atividade agrícola ou mineradora, quer os do planalto meridional, quer os do sertão do norte”, onde preferencialmente se fixaram. Nas fazendas e charqueadas do Rio Grande jamais alcançaram as proporções do Norte, por isso

mesmo sua influência nas províncias sulinas não tiveram o relêvo assumido nas do Norte.

Conquistado o território com a ajuda do índio, era mister agora cultivar a terra. O índio prestou-se magnificamente à tarefa de penetração ao lado dos bandeirantes, por suas características nômade, movimentando-se livremente nas selvas. Já o trabalho da terra, pela rotina e repetição monótonas que exigia, se acomodava mais ao temperamento do negro.

A cultura do açúcar foi das mais importantes no Brasil colônia e absorveu, durante três séculos, as atenções dos que com ela pretendiam lucrar.

A colonização latifundiária, mercê da pouca densidade demográfica, quase que forçava o trabalho para a monocultura. E condicionou o aparecimento de uma classe, a dos senhores de engenho, que plasmou a civilização brasileira e mereceu de Gilberto Freyre o estudo definitivo dessa classe social.

O senhor de engenho necessitava, para o bom desempenho de sua atividade, de um conjunto de qualidades que nem todos possuíam na dosagem requerida, razão por que muitos preferiam unicamente plantar cana. Ao passo que outros — incluindo-se nesses muitos senhores de engenho fracassados —, dedicavam-se principalmente à criação de gado, que não exigia tantos dotes intelectuais. No entanto, recaía no senhor de engenho o maior número de privilégios da época.

O trabalho colonial, predominantemente agrícola, realizava-se nas imensas sesmarias escassamente povoadas, demandando o braço escravo do indígena, logo depois substituído pelo do africano.

A casa grande era o feudo desse tipo de nobre — o senhor de engenho — que no período colonial se constituiu no centro social, religioso e familiar. Era também o centro econômico-administrativo do engenho. A vida econômica ali estava representada nas mais variadas profissões para atender as necessidades desses núcleos autônomos. Fabricava-se quase tudo necessário à vida rústica de então, exceto o “ferro, pólvora, sal e chumbo”.

A casa-grande, ao mesmo tempo que núcleo irradiador de civilização, era igualmente o lugar de onde emanavam ordens autocráticas que iam sujeitar as populações em redor — agregados, foreiros, índios, escravos do oito e mestres de ofício — à vontade despótica desses patriarcas bíblicos, que enfrentaram ousadamente muitos governadores e vice-reis.

Neste modesto ensaio, interessa-nos analisar exclusivamente o negro escravo e a influência de Castro Alves na campanha abolicionista. Assim, por brevidade, deixamos de estudar a sociedade brasileira na segunda metade do século XIX especificamente.

Nunca será demais proclamar o papel do negro na civilização brasileira. Faltasse o suor e faina dessa raça, a própria integridade territorial não teria o Brasil o contorno e a extensão geográficos de hoje. O negro, ao lado do tamanho da terra, de mentor do "sinhôzinho", sobressaiu-se no movimento abolicionista, destacando-se por igual nas obras do espírito e da inteligência. Apesar disso nenhuma das raças plasmadoras do brasileiro padeceu tanto, a começar pela captura em África, comprado a preço de nada, depois pela odisséia nos navios negreiros, acorrentados, algemados ou presos dois a dois como animais de tração, jogados aos porões infectos. Às vezes não sobrevivia mais do que 50 a 70%, dizimados pelo escorbuto, caqueixa, doenças infecciosas e suicídio.

Desembarcados, eram, após a seleção, vendidos de acordo com a raça, idade e força física. Nos engenhos de açúcar, o trabalho se iniciava ao raiar do dia, fiscalizado pelo feitor, e terminava noite a dentro, quando recolhidos à senzala. Os mais dóceis e algumas escravas, eram aproveitados nos serviços domésticos da casa-grande.

A severidade nos canaviais e nas lavouras, os maus tratos e castigos — os açoites com o "bacalhau" (relho de couro cru) as algemas e os "anjunhos" (que prendiam as mãos ou comprimiam os polegares) — faziam com que o negro pensasse na fuga. No interior, formaram verdadeiros Estados ou quilombos, sendo a república dos Palmares tentativa de organização de um governo rudimentar, cuja história ainda não é suficientemente conhecida em seus pormenores. Outros menos afortunados, caíam nas mãos dos capitães-do-mato, cujo ofício era caçar os negros fugidos das fazendas. O capitão-de-mato embrenhava-se nos matos, não descansando enquanto não capturasse o negro fugitivo que, acorrentado, trazia ao seu senhor. Esta personagem maldita de nossa história desempenhou função semelhante a dos "gurmen" do Oeste bravo americano, de chapéu de abas largas montava a cavalo, espingarda a tiracolo, ganhava por cada escravo capturado quantias que variavam de Cr\$ 1,40 a Cr\$ 2,20. Na perseguição ao negro, mata adentro ia encontrá-lo vezes sem conta enforcado num galho de árvore em plena selva por receio aos suplícios que lhes esperariam na casa-grande.

Tollenare, ao tentar traçar o perfil do senhor de engenho a ele se refere acremente: "O senhor de engenho armado de um chicote e visitando as dependências de sua fábrica, e um rei que só descobre em volta de si animais, que são os seus negros escravos que maltrata e são os seus moradores, e alguns vassalos inimigos, que são os lavradores.

O regime de escravidão entre nós não foi, diga-se a bem da verdade, inteiramente bárbaro. Evidente que houve excessos da parte de muitos senhores como havia também escravos rebeldes e turbulentos. Nem todos tratavam seus escravos como mercadoria ou "peças", não assumindo a escravatura no Brasil a forma cruel de outros países escravocratas, como a da colônia da América do Norte.

Diversa é a impressão recolhida por Louis Couty, que percorreu o Brasil na segunda metade do século XIX: para quem o negro escravo era em geral bem tratado, cuidado se doente, conservado se velho e protegido contra o desemprego.

Da situação do escravo ao que tudo indica não teve o poeta notícia maior que as referências às histórias que a preta Leopoldina lhe contava à noite para dormir e os lances épicos dos contos em família do avô o alferes João José Alves, — o "Periquitão" na luta da independência. Tudo isso influenciou na inteligência viva e precoce do poeta. Em Salvador o contato com parente seu, deve ter-lhe marcado fundo sulco na sua formação. O temperamento exaltado de João José Alves fazia com que freqüentemente expusesse a própria vida por qualquer motivo julgado ofensivo ao país.

Em três de julho de 1861, contando quatorze anos, compõe poesia, onde já se vislumbrava idéias abolicionistas:

Se o índio, o negro africano,
E mesmo o perito hispano
Tem sofrido servidão;
Ah, não pode ser escravo
Quem nasceu no solo bravo
Da brasileira região!

Daí se depreende a influência das cenas revoltantes da escravidão contadas com calor pela Leopoldina. É de lamentar-se terem se perdido, seus primeiros versos, o que poderia servir de prova a nossa assertiva. Pouca atenção foi dada à Leopoldina na formação de Castro Alves. Exceto Heitor Ferreira Lima, não conhecemos outro biógrafo que se tenha referido ao papel exercido pela meiga preta.

No Recife, termina os estudos preparatórios e tenta ingressar na Faculdade de Direito. Não o consegue por ter sido reprovado em geometria e, em carta a um amigo, confessa o fato com certo ar de despeito: "Como terás já notado, pelo lugar donde é datada esta carta, acho-me na insípida terra de Pernambuco. A razão?... saí reprovado. Acharam que eu não podia entrar numa academia tão ilustrada..."

Não passava então Castro Alves de um rapazote de quinze anos, mas sua beleza física ia adquirindo o contorno de imponência invulgar. Luiz Cornélio dos Santos, amigo e companheiro da república, dele nos faz o seguinte retrato: "Não se podia imaginar uma criatura mais simpática, uma figura insinuante. Bastante alto para sua idade, tinha a estrutura de um homem. Parecia uma palmeira do Oriente pela sua flexibilidade. Leve inclinação da espinha fazia supor predisposição para as moléstias do peito. A cabeça parecia pesar-lhe tanto, que caía sobre o peito fraco e deprimido; mas a beleza dos olhos, a dourada palidez das faces, o negrume intenso dos seus cabelos — para muitos a cor dos cabelos de Castro Alves seria castanho, no entanto o depoimento do amigo e contemporâneo seu parece não deixar dúvidas a respeito — e, sobretudo, o sorriso da fisionomia, corrigia talvez a excessiva magreza daquele corpo. Tinha os cabelos muito pretos e corridos, mas havia u'a madeixa rebelde que sempre lhe caía sobre a testa; essa porém era anelada, não se parecia com o resto da cabeleira, parecia ali plantada de propósito. A boca um pouco grande mas ornada de belos dentes. Não era com certeza um modelo de estatuária, mas é impossível encontrar-se um conjunto maior de graça e simpatia. Havia não sei quê de insinuante e atrativo naquela criatura, que era impossível furtar-se a sua influência. Era orgulhoso já naquele tempo, não sei de que tinha orgulho mas sei que o tinha. A alma desse menino era de uma pureza inexcelsa, a inteligência tinha lampejos que o ofuscavam como relâmpago; Hugo em pequeno devia ser assim".

Cita-se que, ao sair de casa, penteava sua longa cabeleira com afago e colocando o elegante chapéu de Chile dizia, sorridente: "Tremei pais de família, Don Juan vai sair".

Finalmente consegue ingressar na Faculdade de Direito do Recife e em sua atuação, tanto lá quanto na Faculdade de Direito de São Paulo, toma corpo os ideais abolicionistas.

Não contente em simplesmente escrever, quer levar à ação seu idealismo para o que funda na rua do Hospício, com o apoio de Ruy Barbosa, Plínio Lima e Augusto Guimarães a primeira sociedade abolicionista. A conservadora Faculdade do Recife abala-se ao ouvir seus versos; em seus fundamentos ideológicos e através da imprensa, do teatro e dos comícios em praça pública, torna-se reconhecidamente a arauto do abolicionismo. Para dar exemplo de seu arrojo político une-se aos republicanos e vai assistir a um comício que a polícia dissolve, prendendo o tribuno Antônio Borges da Fonseca. Em desagravo, a multidão protesta, improvisando outro comício de cuja tribuna Castro Alves, indignado, declama a poesia "O povo ao poder", autêntico programa político:

Quando nas praças se eleva
Do povo a sublime voz,

Um raio ilumina a treva,
O Cristo assombra o alçoz...

.....

A praça, a praça é do povol
Como o céu é do condor!
Ê antro onde a liberdade
Cria a águia ao seu calor.

.....

Pois bem, nesta hora poluta,
Nós bebemos a cicuta,
Sufocados no estertor!

.....

Mas embalde que o direito
Não é pasto de punhal
Nem a patas de cavalo
Se faz um crime legal.

.....

Ó soberba populaça,
Rebento da velha raça
Dos nossos velhos Catões,
Lançai um protesto, ó Povo,
Protesto que o mundo novo
Manda aos tronos e às Nações!

Começa assim a ascensão nacional de Castro Alves, defensor da democracia, do escravo oprimido, precursor do voto feminino. O que valoriza ainda mais sua atuação é que foi o querido Ceceu uma das raríssimas vozes a aliar-se a uma causa impopular. Era quase impensável que a abolição empolgasse um jovem, por demais talentoso, naqueles dias em que o país se via às voltas com a Guerra do Paraguai, com os movimentos insurreccionais — da Balaiada, da Sabinada, da Praieira, e da revolução Farroupilha —, ainda na lembrança de todos, com a obra de Mauá e com a fermentação política. O fato impeliu Afrânio Peixoto a escrever: “A causa (da abolição) era tão nova e tão desinteressante para a sua própria geração de moços, que me afirma um contemporâneo, causava a todos espanto e pena, que o jovem Castro consagrasse o seu talento e a sua heróica juventude a um apostolado sem simpatia na multidão, nem favor nas classes dirigentes”.

Todo o seu comportamento político traduz uma posição definida no cenário político nacional. Não se tratava em absoluto de manifestações de momento ou de estudadas elucubrações literárias. Suas idéias, seu gênio contagiante, ensejam concepções sócio-políticas novas no país. Contrariando o conceito da "ars gratia artis", não entendia a arte desligada da vida social.

Muitos dos fundadores da República tiveram-no como companheiro de tribuna, porque não houve acontecimento político importante ao qual não comparecesse pessoalmente, tomando nele parte ativa, confiando ao povo sua fé inquebrantável no futuro do país.

Castro Alves, seguindo o destino de outros grandes homens, não viveu o suficiente para assistir a decretação da lei do ventre-livre, de setembro de 1871, dois meses depois de seu desaparecimento. O golpe decisivo contra a fortaleza que parecia inexpugnável só seria consumado em 1888.

Estranha-se o fato de, segundo informação de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, no banquete realizado em Paris em julho de 1888 a fim de comemorar-se a abolição, nenhum dos oradores — presentes o Visconde de Arinos e Santana Neri — lembra o nome de Castro Alves.

Não se pode dizer que o poeta revolucionário não tenha merecido as mais justas homenagens, como a que lhe foi prestada pelo Instituto Histórico da Bahia, em 1910, e os estudos que lhe dedicaram grandes nomes das ciências e das letras no Brasil, apesar de alguns contemporâneos, entre os quais Belarmino Barreto, "dono" das letras baianas, fazerem severas restrições ao drama Gonzaga, não enxergando seu valor documentário.

Apenas queremos assinalar que pouquíssimos autores se interessaram pelo aspecto revolucionário e democrático da vida e obra de um dos nossos grandes vultos.